



ISSN 1984-5634

ARTIGO

ERUDITOS E COLEÇÕES: PRESERVAÇÃO, FAMA E PODER EM BIBLIOTECAS QUINHENTISTAS FRANCESAS

Erudites and Collections: preservation, fame, and power in 16th century libraries

LUIANE SOARES MOTTA¹

RESUMO:

O presente trabalho analisa duas coleções *Premier volume de la Bibliothèque* (1584) e *La bibliothèque d'A. du Verdier* (1585), respectivamente, dos autores François du Maine e Antoine du Verdier, com o propósito de perceber as relações que perpassam tais empreitadas. Nesses textos, o termo biblioteca designa não um espaço físico, mas sim um catálogo que compreenderia todos os livros escritos em língua vulgar (francesa). Além de objetivar a difusão dos livros e o “inventariamento” da produção escrita, os autores se relacionam com o projeto de construção de um poder político em expansão e em busca da centralização, mas também mais “excludente”, pela promoção de seus grupos e do que é digno de reconhecimento e de glória, e entre seus indicados, as gentes das letras. Portanto, o trabalho aponta a construção dessas coleções enquanto parte de uma narrativa que endossa o poder monárquico, mas que se fundamenta na universalidade e utilidade do conhecimento, mesmo que seus objetivos estejam envolvidos em interesses bastante pessoais.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliógrafos; Coleções ; Poder.

ABSTRACT:

This work analyzes two collections “*Premier volume de la Bibliothèque*” (1584) and “*La bibliothèque d'A. du Verdier*” (1585), that were written, respectively, by the authors François du Maine and Antoine du Verdier, in order to understand the objectives of such productions. In these texts, the term “*bibliothèque*” designates not a physical space, but a catalog that would assemble all books in French language. Despite the explicit objectives of disseminating of French books and the “inventorying” of written production, there is a project to glorify their “nation” and contribute to build an expanding political power and in process of centralization. They are promoting exclusion along with unification, and who are supporting and demanding the glory of this process are the “*gens de lettres*”. Therefore, the work indicates the construction of these collections as part of a narrative that endorses monarchical power, but that is based on the universality and usefulness of knowledge, even if its objectives are involved in very personal interests.

KEYWORDS: Erudites; Collections; Power.

EDITOR-CHEFE:

Lúcio Geller Junior

EDITORA-GERENTE:

Maria Eduarda Magro

SUBMETIDO: 16.05.2020

ACEITO: 05.07.2021

COMO CITAR:

MOTTA, L.S. Eruditos e Coleções: preservação, fama e poder em bibliotecas quinhentistas francesas. *Aedos*, v. 13, n. 30, p. 103-117, jan.–jun., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

1 Doutorada em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: luianesm@gmail.com

O misto entre fascínio, temor e descentramento que os livros e suas coleções suscitam, provocou, na época moderna e sua profusão de textos, preocupações em torno de uma instituição que protegesse tal saber, resgatando e disponibilizando artefatos escritos, bem como produziu discussões sobre a relação entre particular, público, letramento e sociedade, e o papel das autoridades políticas na preservação, seleção e, igualmente, descarte e censura da cultura escrita. O debate em torno da conservação, entretanto, não foi completamente desinteressado em seu desempenho, relacionando-se com a sustentação de certas relações que envolvem o poder arcôntico² na formação e sustentação política de seus grupos para com o Estado moderno (DERRIDA, 2001).

Em 1585, Antoine du Verdier, nobre e funcionário da monarquia francesa, vê-se impelido, em seu prefácio, a defender a ampliação e a centralização dos livros em um único lugar, com o argumento de que os gabinetes particulares reservavam o conhecimento só para si, e, todavia, estavam mais vulneráveis ao tempo do que um grande e centralizado templo dos livros:

Eu culpo a vã ambição de alguns dentre eles, que pensam guardar suas coleções de livros em mais estima, sem permitir que outro tome conhecimento, mais do que o de “ouvir falar”, [...] que gera por esse zelo indiscreto, preso no transcorrer do tempo, a destruição de seus livros, que servem de comida aos vermes, e enfim, de alimento ao fogo³ (VERDIER, 1585, p. XIII, tradução minha).

O temor justificaria o confisco e/ou a intervenção nesses lugares para salvaguardar os livros/publicações, seja por um grande mecenas ou pelo próprio poder monárquico, para que os conservassem e os disponibilizassem. Talvez, por isso, Antoine du Verdier, simultaneamente a François Grudé, deem início à empreitada de catalogar autores, ou, em casos de anonimato, livros escritos em língua francesa, comprometendo-se com a transmissão do patrimônio letrado, herdado ou contemporâneo, à posteridade a partir do que declaram ser suas bibliotecas.

Dessa forma, este trabalho apresentará as coleções de Antoine du Verdier (1544-1600), autor de *La bibliotheque d'Antoine Du Verdier, seigneur de Vauprivias* (1585) (“A Biblioteca de Antoine Du Verdier, Senhor de Vauprivias”), e de François Grudé de la Croix du Maine (1552-1592), autor do *Premier volume de la Bibliothèque du sieur de La Croix Du Maine* (1584) (“Primeiro volume da Biblioteca do senhor de La Croix Du Maine”)⁴, e os elementos que constroem a lógica desses catálogos quinhentistas franceses, refletindo, a partir deles, as relações entre a formação do Estado moderno, a noção de construção de um “patrimônio” cultural e o papel dos eruditos quanto a tais instituições.

Mas o que ou como funcionam essas bibliotecas?

2 O poder arcôntico, a que se refere Derrida (2001), relaciona o arquivo a “arkhê” e designa tanto a ideia de começo quanto de comando. Ou seja, afora o aspecto de preservação/guarda do arquivo, há a ordenação e a interpretação que institui/cria a memória do arquivo, marcado pela ação do arconte e pela promoção do poder, que compõem seu mal e a sua finitude (finitude porque é sempre alguém em sua relação com a memória “viva”). Ou seja, o arquivo corta, censura, dispensa e descarta muitos elementos envolvidos nos diversos presentes (o presente passado, o presente atual e o presente futuro), que, por sua vez, vão se amalgamando e se relacionando com outras temporalidades, e apagando, no caminho, o que ficou de fora dessa instituição.

3 A tradução é de minha livre autoria, com alterações na construção frasal ou na pontuação, dado que o sistema ortográfico e de pontuação estavam gradualmente sendo padronizados nesse período. Porém, dispor-se-á, na nota de rodapé, o texto original. Texto original: “[...] je blâme la vaine ambition d’aucuns dentre eux, qui pensans garder leurs libraries en plu d’estime, sans en permettre autre cognoissance, que de l’ouir dire, [...] dont advint que ce leur zeile indiscret apporta par laps de temps l’enneantissement de leurs livres, que servirent de pasture à vers, & en fin, d’aliment au feu.”

4 Tais fontes estão disponíveis no catálogo virtual da Biblioteca Nacional da França: <https://gallica.bnf.fr/>.

AS BIBLIOTECAS VULGARES QUINHENTISTAS: A COLEÇÃO “VIRTUAL” DE FRANÇOIS DE LA CROIX E ANTOINE DU VERDIER

As bibliotecas foram empreendidas ao fim do século XVI, publicadas, por François de la Croix, em 1584, e por Antoine du Verdier, em 1585. Trata-se de coleções com a ambição de dar conta de tudo que a cultura escrita francesa realizou, com atenção especial ao novo suporte de publicação que oficializaria o ato da escrita (colocaria à luz) e propagaria sua “cultura” para além das fronteiras francesas, o impresso.

Como podemos constatar, o significado do termo biblioteca transcende o sentido contemporâneo, pois, este admite mais um aspecto espacial, de repositório que concentra livros. De outra maneira, na modernidade clássica, correspondeu também a um tipo de antologia de textos, que resumiria certas obras, contendo em um livro o que estaria disposto em vários⁵. No entanto, nos textos referidos, esse termo designa também um inventário, que não reúne necessariamente os livros de uma biblioteca particular, física (pelo menos, não somente), mas pretende ser um catálogo que compreenderia *todos* os livros produzidos em língua francesa, e mais significativo ainda, os que estariam por produzir. Trabalham, daí, com uma virtualidade de conteúdo, no sentido de que nelas não estão transcritos os livros e nem sempre os títulos corresponderiam a obras já concretizadas, ou apresentadas a qualquer público, contabilizando as que ainda estavam sendo engendradas⁶ e projetando o que poderia vir a ser produzido a partir de testemunhos de terceiros.

As bibliotecas, nesse sentido virtuais, representam uma potencialidade que inspiraria bibliotecas reais/públicas a salvaguardar *todo* o conhecimento das ciências e artes liberais que são o *verdadeiro bem do homem e úteis à sociedade* (VERDIER, 1585, p. XIII, III). E, principalmente, a própria consciência de que mesmo a reunião deles em um único lugar não os protegeria das guerras, catástrofes e a contínua inconstância dos reinos, justifica a empreitada, pois, ainda que apenas virtualmente, acabaria por transmitir e preservar os livros e parte de seus enunciados, através do próprio livro transformado numa biblioteca “completa”, que os transcreveu e os propagou:

se em um livro encontra-se tão grande riqueza, que dizer de uma biblioteca, onde estão milhares de livros? Pode no mundo encontrar-se coisa mais preciosa? Não há, portanto, ação mais real, e mais digna de imortalidade, que reunir em um lugar os livros dispersos aqui, lá e acolá, em perigo de serem perdidos sem nenhum remédio (VERDIER, 1585, p. XIII)⁷.

5 O sonho do livro único, compilação de todas as obras clássicas que “mereceriam” ser lidas, ou de seus trechos, concentrados nele, mantém-se e desemboca em ideias enciclopedistas ou revolucionárias. Darnton aponta essa descrição no livro de Mercier “L’an de 2440”, bem como, em outro momento do século XVIII, a imagem de uma biblioteca enxuta, que comportasse apenas pouco mais de quatro estantes com alguns clássicos, selecionados por virtuosos, para proteger a França e seu conhecimento. Nisso está atrelado também o desejo de uma herança manuseável, legível, e até mais “democrática”, ou popular, em que leitores e escritores possam se pautar para a construção de um poder político esclarecido e de uma sociedade mais distinta (DARNTON, 1998, p. 149). Sobre outros significados sobre o termo, ver também Roger Chartier (1993, p. 39).

6 O que faz não ser um inventário no sentido estrito, já que alguns não haviam sido escritos ou partilhados (títulos que apontam intenções numéricas – quantitativas – ou as ligações sociais dos bibliógrafos, o que mostra a importância que a cultura escrita, impressa, adquire, visto que, com essas nomeações buscam forjar um reconhecimento, por vezes engrandecedor em um círculo mais político-social do que pelo viés erudito que a obra (ainda) não publicada poderia propor).

7 Note-se que, ao mesmo tempo, que incita o monarca a tomar providências, também distingue sua própria empreitada, conforme a citação. Texto original: “[...]si en un livre se trouue si grand richesse, que dirons nous d’une Librairie, où feront plusieurs milliers de liures? ce peut il au monde trouuer chose plus precieuse? Il n’est donc action plus royalle, et plus digne d’immortalité, que d’amasser en un lieu les livres espars çà et là en danger d’estre perdus sans aucun remede”.

A ambição, então, é de que, também, por intermédio dessa obra e das ações que viessem a inspirar, se pudesse encontrar livros perdidos e promover outros escritos que seriam colocados à luz, dispondo junto aos nomes dos autores ou dos títulos, os lugares e os impressores com os quais se poderia encontrar tal exemplar e adquiri-lo – como propõe François Grudé, cujo livro prestaria serviço não só para os amantes do saber, mas para os próprios impressores-livreiros e vendedores, colaborando com a produção destes (MAINE, 1584).

Os projetos são, a partir daí, justificados através de contextos fornecidos pelos autores: ao introduzir sua biblioteca, Antoine du Verdier, por exemplo, inicia-nos numa longa, mas precária, jornada dos livros. No texto, são fornecidos diversos exemplos dos males que abateram tal trajetória dos antigos aos modernos. O percurso cheio de intempéries pelo qual os livros teriam passado, começando pela “decadência” ocorrida desde a invasão dos “bárbaros”, sucedida pela reapropriação mal-entendida das ciências, pelos descendentes daqueles, indo até o uso dos livros como “cornet aux apothicaires”⁸, na época anterior, criticando ainda o péssimo sistema de ensino recebido em tal época – crítica típica de uma leitura humanista sobre a escolástica. Enquanto isso, referindo-se a seu período, apresenta a defesa da ação dos “grandes homens” (como o rei da França, Francisco I, avô de seu atual monarca, Henrique III (1574-1589)) que resgataram os livros, centralizando-os, para proteger esse conhecimento, *alimento aos espíritos humanos*.

Verdier enaltece sua própria época, anunciando uma mudança de hábitos quanto ao armazenamento dos livros, e passa a defender não uma biblioteca, mas “A Biblioteca”, leiga, acessível, centralizada, dado que os particulares, por motivo de estarem em situação mais vulnerável⁹, poderiam acabar por perder, queimar, ou se desfazerem de livros, que, do contrário, *significariam riqueza para o rei e para seu reinado*.

A defesa de uma biblioteca é alegada, então, a partir dessa percepção dos tropeços e catástrofes pelos quais os livros passaram, nos quais muitos ficaram pelo caminho, tendo desaparecido no todo, ou parcialmente. E se faz, portanto, pelo temor de que os que sobreviveram ou dos que se ouviu falar não chegassem de nenhuma forma aos seus contemporâneos e à posteridade.

A preocupação da perda desses livros, os quais já se encontravam em dispersão, foi bem destacada na introdução de Verdier, mas sempre envolvendo um elogio aos reis, aos modernos, e, também, por consequência do que imagina ser sua obra, a si mesmo, já que, para ele, há uma similaridade entre o que ele produziu e uma biblioteca física. Percebe-se que o louvor ao cuidado dos livros e arquivos da humanidade acompanha-nos, mas essa preservação parece sempre insuficiente e tardia (em momentos de grandes mudanças ou de profundas crises, apontamo-las ainda mais amedrontados quanto à sua dispersão e destruição), mesmo com os inúmeros esforços e resgates que se multiplicam e tornam sempre diversos os objetos de preservação da memória e do arquivo dignos de coleção e patrimonialização (GONÇALVES, 2015). No entanto, seria essa preocupação com preservação e legado totalmente desinteressada? Que motivações se relacionam com essa atitude em relação ao passado-presente?

As obras de Antoine du Verdier e François du Maine estavam acompanhadas de outros empreendimentos e se inspiraram, em alguns contemporâneos¹⁰. Johann Tritheim (1495), Conrad

8 A expressão designa um uso impróprio do objeto. No caso, livros cujas páginas serviriam apenas para embalar remédios e mercadorias.

9 Anunciando muitas vezes tal mal pelos termos “ouvi dizer”, pois os livros já não podiam ser encontrados, como exemplificado anteriormente.

10 Cita, Maine, Jean de Notredame e o presidente da *Cour des monnaies* Claude Fauchet; enquanto Verdier cita Diógenes Laércio e Conrad Gesner.

Gesner (1545), John Bale (1548) e Francesco Doni (1550) escreveram bibliotecas similares as dos autores franceses. Contudo, com exceção apenas do último, todas foram escritas em latim, acentuando o caráter “universal”, expresso na linguagem, e interessando-se mais por autores clássicos. Os eruditos promovem, em contraponto, uma ambição mais “moderna”¹¹: a do distanciamento temporal, visando produzir um novo período, e a da autossuficiência cultural, produzindo e ampliando a noção de país/nação¹² e beneficiários, apontando tais recortes como sua diferenciação.

AS BIBLIOTECAS E O LEGADO CULTURAL: PRODUZINDO E COMBINANDO-SE A NOÇÕES DE PODER E DE ESTADO MODERNO FRANCÊS

As compilações dos autores encarregaram-se de significar o país como glorioso em seus textos. Essa produção de sentido corrobora com as reflexões apontadas por Norbert Elias, nas quais demonstra que, gradualmente, junto ao processo de aparelhamento do Estado francês, toma forma um processo civilizador que norteia e normaliza os comportamentos a partir da Corte, associando-se a práticas que formatam linguagem, modos de falar, de comer e assuntos a que se referenciar, para embasar toda uma classe central, propagando-se essa cultura¹³, e é posteriormente percebida como produtora de uma “nação”, que cria afetos e dissemina imaginários (embora faça parte, antes, de um processo para selecionar os membros daquela classe) (ELIAS, 1994). Nesse sentido, as bibliotecas reúnem uma identificação com seus leitores como franceses, corroborando com a construção/percepção de uma identidade francesa a partir de certas caracterizações.

No início do século XVI, a tradição do saber letrado é equiparada à belicista, e sugere a utilidade e universalidade do letramento a “toda” a sociedade. Mas, ao mesmo tempo, os livros tratam não só da propagação, mas também da preservação, projetando no futuro uma cultura letrada, *francesa* e *erudita*. A partir da invocação de um projeto presente e futuro, percebe-se uma busca de centralização, e o que desfavorece essa relação com a centralização e a autoridade do saber é assinalado como censurável, desnecessário, ou até mencionável, mas desprezível¹⁴.

A própria língua, nesse momento discutida e muito mutável, é fator para seleção e exclusão de autores, pois a fixação da ortografia pelos gramáticos ainda não é um projeto que deve ser plenamente apropriado, a elite erudita e política reinventava em suas cortes modos “melhores” ou mais “corretos”

11 Este momento europeu cria uma percepção de si, bastante difundida, de racionalização, de algo novo, que deseja se destacar e romper com o período anterior. Há diversos eruditos que reivindicam essa novidade de seu tempo, entre eles, os próprios autores aqui estudados, identificando a história da proteção dos livros como algo que se contrapõe ao período anterior, “bárbaro”, incivilizado. Essa percepção se propaga também no tempo, vindo a ser construída como a especificidade do desenvolvimento histórico europeu, cujo termo “Renascimento”, de certa forma, inaugura/embase essa prerrogativa da narrativa da modernidade europeia. No entanto, como apresenta Jack Goody (2011), “o renascimento” e a própria ideia de capitalismo e modernidade estão relacionados ao eurocentrismo, ao roubo da história pelo Ocidente, que torna, mesmo o período anterior (inferiorizado nessa narrativa da modernidade) importante como “prelúdio” essencial para o desenvolvimento da história do mundo, estando a Europa em seu centro, enquanto medida das demais trajetórias e por isso os textos desses bibliógrafos inserem-se de maneira bastante pertinente, justamente pelo seu viés etnocêntrico, nessa concepção de modernos.

12 O termo é utilizado pelos autores, ainda que seja relacionada mais a uma comunidade que possui mesma origem, mesma língua, mesma cultura, mas por isso mesmo é um termo relativo, já que se relaciona para a construção/criação (embora dissimule apenas apontar) de uma diferença e de uma identidade.

13 Devemos, porém, atenuar essa argumentação de aculturação das classes “populares”, pois esse processo se alimentou de diversas referências, não foi uniforme e nem se deu verticalmente em via de mão única de cima para baixo. A importância dessa percepção de Elias está, porém, em demonstrar as *pretensões* hierárquicas das expressões construídas por classes associadas à Corte para manterem-se distintas.

14 É dessa forma que François du Maine justifica trazer tantos autores “vis” (de acordo com suas palavras).

de escrever, de falar, de estilizar (ELIAS, 1994, p. 118), afastando, através de arbitrariedades, que a “vulgarização” do acesso ao saber, e, simultaneamente, desvalorizando a diversidade linguística e estilística dessa cultura falada e escrita¹⁵. Como se dá na restrição, escassez ou comentários maldosos sobre autores membros das classes menos abastadas e mulheres, que não se adequariam, por uma série de fatores políticos, sociais e culturais, a essa expressão do “bem falar” e “bem escrever”. Isto padroniza e, ao mesmo tempo, sua contínua modificação os “auto enaltece” ante o desejo de distinção, uniformização e centralização a partir deles.

No prefácio do bibliógrafo Antoine du Verdier, em *La bibliothèque d'Antoine Du Verdier*, encontramos elementos que partem do empenho em unificar e centralizar um povo em torno de uma língua, de um Estado e de uma cultura escrita (através da valorização do suporte tipográfico):

[...] eu me coloquei a querer fazer algo parecido de nossos franceses que *escreveram em nossa língua*, para mostrar ao mundo quanto o nosso país é abundante em bons espíritos, e assim de alguma forma *agraciar nossa comum mãe*, que pensando não a poder ornar de alguma digna composição minha, como fazem hoje tão excelentes *crianças suas*, ao menos eu a honro *espalhando suas grandes riquezas* para fazer ver a todos a *sua glória imortal*, que gerou uma tal e tão *honrável linhagem* (VERDIER, 1585, p. XXV, tradução minha, grifos meus)¹⁶.

Entre os objetivos podemos constatar que a escrita em “nossa língua” e a aura erudita é o ponto de partida para render graças à comum mãe, que seria seu objetivo principal, assumindo ainda que tal entidade (há o pressuposto de um compartilhamento entre eles, ou seja, de que existe um povo francês, mas atribuído por algo fora e, simultaneamente, de dentro¹⁷ da comunidade) é mãe de uma linhagem tão honrável. Visa assegurar, portanto, uma visão engrandecida de seu reino, ao mesmo tempo que os textos embasam esse laço comum, construindo uma narrativa que os diferencia e os dignifica, assumindo o propósito de integrar os indivíduos em torno da expressão “*nossa comum mãe*”.

O intuito de difundir e divulgar a língua francesa, que compreende parte desse objetivo centralizador, marca a seleção de ambas as bibliotecas e corrobora com ritos das monarquias em construção de limites e poderes políticos. Esse quadro arbitrário, extremamente mobilizador, ainda que excludente, é a pedra-chave para participação e expressão nos círculos do poder “civilizador” ou “cortês” francês, como sinaliza novamente Nobeit Elias (1994, p. 52).

Podemos refletir isso, a partir da relação entre coleções e arquivos nesses Estados modernos na Europa. Ann Stoler (2002), a qual reflete sobre as funções dos arquivos coloniais como criação de uma ficção sobre um determinado grupo, oferece uma percepção que pode coincidir com a constituição

15 Nesse sentido, aparecem processos “contraditórios”, mas que se complementam: de um lado, a vulgarização, como “contraparte” da própria justificativa utilizada para valorizar o letramento, como útil à sociedade, e do outro lado, a busca contínua pela originalidade e distinção para manter alimentado o vínculo e o *status*.

16 Texto original : “[...] je me suis employé à vouloir faire le semblable de noz François qui ont escrit em nostre langue, pour monstrier au monde combien nostre país est abundant en bons esprits, e ainsi en quelque partie rendre graces à nostre commune mere, que pensant ne la pouvoit orner de quelque digne cōposition mienne, comme font aujourd’huy tant d’excellens enfans siens, au moins je luy face honneur estalant ses grandes richesses pour les faire voir a tous à sa gloire immortelle, qui a enfanté une telle, e si honorable lignée”.

17 “As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação, quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença” (WOODWARD, 2009, p. 39-40).

das bibliotecas, e dessas coleções em particular¹⁸, enquanto execução de sua função social e política, na produção de fatos. No caso específico das bibliotecas de Verdier e de Maine, que expressavam, ou buscavam expressar, todos os autores com obras em francês, enaltecendo uma autossuficiente produção letrada francesa moderna, ou buscando demonstrar a antiguidade com que os franceses, frente aos italianos, entregam-se à escrita, apresentam em seu projeto uma acumulação que deseja comprovar uma “tradição” dessa guinada erudita (que, na verdade, estava sendo produzida), e demonstrar o quadro do reino da França, construindo uma conexão entre identidade francesa e produção erudita, perante os outros países da cristandade, marcando fronteiras culturais e servindo de testemunho a estas, aos concorrentes dos prestígios cedidos por autoridades aristocráticas, clericais ou reais (configurando o valor letrado como o mais necessário à nação) e, não menos evidente, à posteridade. O que justificaria não só as fronteiras, mas a aumento do domínio.

O desejo de preservação desse legado das bibliotecas, ainda que defenda o universal, é constituído, portanto, por uma identificação com o Estado e com o povo francês (ainda que seja difícil de localizar quem é essa comunidade, dado os diferentes leitores e pretensos destinatários). Tornam-se, assim, um arquivo cultural do país, ao buscar documentar, armazenar, e provar aquilo que se fabrica no interior e no decorrer da trajetória do Estado e, por consequência, de seus indivíduos (MCKEMMISH, 1996). Como num arquivo, estabelece-se um critério de evidência, adentrando numa atmosfera que exclui, configura provas, enquanto produz e reifica monumentos particulares ao poder (STOLER, 2002).

A defesa do projeto de um patrimônio cultural compartilhado, quisto e necessário à sociedade é algo que mantém processos e resultados ainda contemporâneos, e se dignifica através da proposta de uma universalidade do conhecimento, mas que está acompanhada de pretensões que abundam em particularismos e motivações quinhentistas de centralização, poder e *privilégios*, que se mesclam a noções de mérito em classes poderosas, ou em ascensão.

Quanto a isto, percebe-se, na ordem que perpassa as coleções de Verdier e Maine, alguns elementos. A escolha da ordem alfabética, e não cronológica ou enciclopédica, pelo nome dos autores, dá pistas de uma atenção/intenção a uma nova função para estes (CHARTIER, 1993, p. 42): isto passa a designar não somente um sujeito alvo de uma possível responsabilização pelas instituições sobre o que ousou dizer (CHARTIER, 2014), mas um indivíduo que é, ele próprio, merecedor da obra que se atribui (não Deus, nem santos, nem mecenas, ainda que se dediquem a eles), é designado louvor e méritos por ser um criador ou “fonte” da criação. A intencionalidade da salvaguarda dos livros está marcada, assim, por uma intenção de estabelecer uma memória individual (HEYMANN, 2012), que, além de justificar e promover o que deve ser pensado como cultura, fortalece o vínculo dos virtuosos e nobres diante dessa construção de um poder central, de um reino e de um Estado.

18 Mesmo que, teoricamente, o significado de coleções designe uma composição aleatória por parte das relações dos objetos colecionados em si, é intencional pelo interesse de quem as compõe. A institucionalização da biblioteca, mesmo sendo uma coleção, guarda, numa sociedade pouco dinâmica economicamente, similaridades entre as configurações desses objetos, com a percepção, bem seletiva de quem as compõe. Luciana Heymann (2012) debruça-se sobre os limites nem sempre tão claros entre coleção e arquivos pessoais, por exemplo.

O “EU” NA PROPOSTA DO CONHECIMENTO: A FAMA, O REI E O ERUDITO

As bibliotecas, como vimos, incitam uma noção de um Estado patrocinador das belas letras e ciências, e que seriam oportunizadas por um monarca que propaga sua imagem de benfeitor e que se importa com o bem público¹⁹. A realização de grandes empreitadas ou, ao menos quando partem de autores mais sólidos, no caso francês, dá-se, em diversas situações, através do patronato real e o incentivo e o controle das letras são buscados por este.

A imagem do monarca e da erudição se fará produzir pela coerência entre esses lugares de produção do conhecimento e “coleção” – transmissão do conhecimento que se coadunará com a monarquia e com espaços que se tornam cada vez mais “públicos” (uma partilha que aprofunda laços e harmoniza uma comunidade – ao passo que imprime uma contenção cada vez mais profunda entre seus membros²⁰).

Constata-se em Verdier essa estratégia. O bibliógrafo, em sua dedicatória, dirige-se ao rei e aproveita o ensejo para vincular tal projeto à consagração das letras francesas para o povo (povo é um termo genérico no uso do autor, muitas vezes remetido à localização, porém, é marcação de uma diferença entre o povo do rei, seus súditos, e os estrangeiros). François du Maine, por sua vez, coloca seu destinatário, que aparece em seu prefácio, em uma parcela maior de membros da classe mais rica, usando os termos “senhores franceses”, mas mescla seu prefácio falando não só a eles, mas ao rei, a setores da produção livreira e à “França”. Ou seja, por mais que, como na Idade Média, as autoridades real, clerical ou aristocrática apareçam como alvo, passam a dividir o enunciado com outras noções, ainda que nebulosas ou instáveis, como reino, nação, língua ou povo.

Entre as justificativas apresentadas elencam o bem do rei, de seu reinado, sugerindo como centro de interesse do reino, o oferecimento da República às letras. Observa-se, por isto, a relação de troca que gera o oferecimento das obras ao monarca. Mas é só a partir da sua colaboração que seu nome se relaciona à honra de ser lembrado na posteridade. Veja-se, abaixo, que a veiculação de tal atributo sugere que há uma troca entre letrado e monarca, lembrando mais um processo de negociação, do que homenagem, sendo uma “merecida” justificativa para que o rei realize tal empreendimento, como veremos:

Ptolomeu Filadelfo não empregou suas finanças [...] a não ser para reunir os livros de toda parte do mundo [...]. Oh, *verdadeiro* rei digno de *eterna memória!* Porque onde uns gastam para erguer palácios magníficos, ordenar jardins, pomares e viveiros deliciosos [...] tu, ao contrário, *colocas toda a glória em coisas dignas de um homem, dignas de um rei, dignas de ti*, desdenhando de assentar e assegurar os de teu nome em pedra e terra. *A tua imitação*, por causa de tal importância, vários *outros príncipes*, além da utilidade incompreensível da qual os homens gozam por *seu* meio, adquirem ainda para eles *um nome imortal* (VERDIER, 1585, p. XIII, tradução minha, grifos meus)²¹.

19 Obviamente que ainda mesclando-se à justificativa da posição de uma herança familiar do poder político e divino.

20 Ou seja, a ampliação da participação de classes em ascensão nas coisas públicas é concomitante ao aumento do controle do comportamento. Como Norbert Elias (1994) aponta quanto às sociedades industrializadas e democráticas em que a vergonha de certos hábitos se difunde por todas as relações, mesmo de alta categoria social perante os de *status* mais baixo.

21 Texto original: “Ptolomee Filadelphie n’employoit ses finances [...] qu’à amasser de toutes parts du monde livres [...]. O roy vrayement digne d’éternelle memoire! car où aucuns dependent le leur à esleuer des palais magnifiques, ordonner jardins, vergers & viuiers delicieux [...] tu au contraire mis toute la gloire en choses dignes d’un homme, dignes d’un Roy, dignes de toy, desdaignant d’asseoir & asseurer le los de ton nom en pierre & terre. A ton imitation en cas de telle importance plusieurs autres princes, outre l’utilité incomprehensible dont les hommes jouirent par leur moyen, acquerent encores pour eux un nom immortel”.

Acima, o autor refere-se ao rei Ptolomeu Filadelfo e à empresa que este organizou em torno do recolhimento dos livros, bem como das despesas admiráveis que teve para atingir o objetivo de os acumular e proteger. Verdier caracteriza essa atitude como “honrável” e, por suas ações preservadoras, digna de uma fama imortal. Há nesse discurso pró-proteção da cultura escrita, a elevação de um indivíduo, que, por seus atos eruditos merece ser mantido na posteridade. Um nome que produz uma singularização pelos seus feitos relacionados à erudição, assemelhando-se ao herói clássico, e afirma-se uma valorização que deve perdurar em outras temporalidades. Esse valor é parte de um processo de individualização da honra, no qual o indivíduo sobrepõe-se ao coletivo por suas iniciativas, ao invés de se subsumir na doutrina cristã, sinalizando a (re)emergência do conceito de fama²².

A fama, nesse momento, enquanto atributo, passa a ser tratada com certa indulgência, apesar de associada à vaidade. Como demonstra a autora Aleida Assmann (2011), esse valor passa a ser novamente irradiado na Idade Moderna, desculpado por um formato de pensamento cada vez mais antropocêntrico e menos afugentado pelas noções de culpa e abnegação na sociedade leiga. A fama é concebida de maneira positiva, pois produziria uma nova noção de estrato temporal para o seu interessado, colocando o sujeito contra o tempo mundano por uma via diferente, a continuar sua existência através da memória escrita. O indivíduo deixa de estar *sujeito* a uma lembrança da comunidade local ou pequena rede de relações (como eram as rememorações nas comunidades religiosas e orais), e difunde sua representação em um suporte de maior alcance e duração, acompanhando, ao mesmo tempo, a pretensão de universalização dessa memória. Assim, a promoção pela oralidade passa a coexistir com o letramento, e a palavra escrita a propagar-se, valoriza também o suporte menos restrito em sua transmissão que é o livro e, a partir do século XVI, o livro impresso, tornado um instrumento de perpetuação pessoal, envolto numa atmosfera erudita, possibilitando uma memória do texto, seja humanista, seja, aos poucos, das artes não liberais, generalizando e unificando essas “lembranças” e trajetos dos indivíduos para os leitores²³.

Ao passar a ser estimulada, a fama torna-se objeto de disputa e em torno dela promove-se alguns tipos de negociações:

[...] porque eles [os príncipes] se deleitam nas letras, favorecendo os homens letrados, que se colocam a seu serviço por honra e bons feitos, realizam doutos livros, e se vê reinos se encherem das gentes letradas. Todos os dias se escrevem muitos doutos livros, todas as belas ciências a florescer, e todos a buscar o desejo de oferecer a seu príncipe obras de grande erudição de qualquer maneira, como dons a ele muito agradáveis (VERDIER, 1585, p. XVI-XVII, tradução minha, grifos meus)²⁴.

Assim, o investimento na busca dos livros é algo digno e possibilita, ao rei, o fortalecimento de seus laços e a grandeza de seu reino. Nesse reforço da atuação do rei como patrocinador, e como sujeito de uma transação, outras ambições são visualizadas.

22 Sempre atenuando esse termo, pois emergir significa tão simplesmente tornar aparente o que era difuso.

23 Assmann (2011) afirma que a redescoberta da fama vai passar pela escrita e se imbricar à tentativa de generalizar uma determinada memória, a partir do suporte livro.

24 Texto original : “[...] parce que s’ils [príncipes] se deletent des lettres, favorisans les hommes lettrez, et les attirans à soy par honneur et bien faicts, et ayans en pris les doctes livres, on voit leurs royannes se remplir de gens lettrez, tous les jours s’ecrite de très doctes livres, toutes les belles sciences florir, et tous cercher à l’envi d’offrir à son Prince ouvrages de grande erudition en toute maniere, comme dons à luy très agreable.

Ambos os autores – Verdier e Maine – foram próximos ao poder monárquico: Antoine du Verdier foi senhor de Vauprivaz, que, pertencente à nobreza, era também um conselheiro do rei, além de escritor, tradutor e bibliógrafo. Já, François-Grudé, apesar de se encontrar mais próximo, geograficamente, da coroa, pois residia em Paris, enquanto aquele residia em Lyon, parece relatar estar mais vulnerável aos humores reais ou cortesãos²⁵, porém também advém da aristocracia, sendo senhor de La Croix du Maine e conectado à Universidade de Paris²⁶ (MAINE, 1584). E os textos aludem à dependência de seus autores e das letras quanto ao humor do rei:

[...] e esta dama [Margarida da França] colocou todas as forças que lhe foi possível, a fazer ouvir o rei seu irmão (meu príncipe soberano) todos os meus desenhos, com intenção que ele os aceitasse, de tanto que ela desejava ver crescer a honra do rei, e que *não fosse em nada menor que aquela de seu avô*, o rei Francisco I, o qual *o renome nunca perecerá, tanto que as letras e ciências seguiram o curso e duraram* (MAINE, 1584, p. 308, tradução minha, grifos meus)²⁷.

Acima, é a rainha Margot que intercede por de la Croix du Maine para que este tenha o apoio do rei em seu projeto. Ambos, segundo o discurso de François du Maine, lembram da honra que o rei Henrique III deve sustentar como legado de seu avô. Ainda, sobre este ponto, parece-nos que a fama, enquanto atributo individual não é um atributo natural à posição de um rei, e deve ser conquistada. Por isso, parece valer como moeda nas negociações entre o mundo dos letrados e a Corte (esferas estas que possuem personagens familiares).

Quanto à fama pela atitude letrada, Roger Chartier (1999), em “A Aventura do Livro”, afirma que, para a maioria dos casos da primeira fase da modernidade, o primeiro autor do livro seria o rei, dada a autoridade que os escritores a ele atribuem. Apesar disso, o caráter das dedicatórias dos autores das bibliotecas parece buscar os louvores do próprio trabalho para si mesmos:

Senhor, após o natural desejo de conhecer que se coloca na nossa alma com a vida, a coisa que mais *impulsiona os homens ao estudo das artes e ciência, é o contentamento do espírito, a honra e a glória que esperam receber*, principalmente se a utilidade e o fruto sensível *de seus trabalhos*, não se distanciam nenhum pouco de uma *tão penosa busca* (VERDIER, 1585, p. III, tradução minha, grifos meus)²⁸.

Ou ainda, em Maine:

e *minha dedicação a isto* estive há mais de quinze anos, como poderia testemunhar um grande número de honestos homens, que me conheceram, e visitaram minha biblioteca iniciada desde aquele tempo. [...] *eu posso assim me vangloriar que eu não coloquei este livro à luz mais do que para mostrar aos meus*

25 Texto original : “ [...] je la passay sans vouloir autrement mettre en lumière aucuns de mes oeuvres, jusques à ce que je veille, que j’eusse gagné par bons offices & devoirs d’amis, tous ceux qui auoient désiré *d’empescher mes desseins ou projects*” [grifos meus]. De la Croix du Maine conta em grande parte do seu prefácio, uma perseguição sofrida e a rejeição de seu material. O autor coloca que apresenta o projeto ao rei, mas este não é favorável. As inimizadas parecem despreza-lo e persegui-lo. No entanto, ele consegue o favor de algumas damas e amigos importantes.

26 Instituição que vivenciara, na época, uma secularização, pois a regência passa para as mãos da figura real, embora também seja alvo de reação.

27 Texto original : “ [...] & cette Dame susditte [Marguerite de France] a pris toutes les peines qu’il luy a cité possible, de faire entendre au Roy son frere (mon Prince souuerain) tous mes desseings, en intention qu’il les acceptat, tant elle desiroit de voir croistre l’honneur du Roy, & qu’il ne cedat en rien à celuy de son grand pere, le Roy François I, duquel la renommee ne perira jamais, tant que les lettres & sciences auront cours & durée”.

28 Texto original : “Sire, Apres le naturel desir de cognoitre qui prend ame en nous auecques la vie , la chose qui plus esperonne les hommes à l’étude des arts et sciences, c’est avec le contentement d’esprit, l’honneur et gloire qu’ils en esperent recevoir , principalement si l’utilité et fruit sensible de leurs labeurs ne s’eloigne aucunement d’une si penible recherche”.

amigos a boa vontade que lhes porto, e um testemunho que *eu desejo deixar por escrito para a posteridade* (MAINE, 1584, tradução minha, grifos meus)²⁹.

Se a propriedade do escrito se apresenta reivindicada pelo patronato (CHARTIER, 1998, p. 45-46, 1999), há, por parte dos autores, a reivindicação do empenho, criação e glória por seu trabalho. A fama e a memória apresentam-se como objetivos para esses autores que se querem duplamente reconhecidos, ora como colecionadores, que agem em prol do rei e do reino, ora como escritores, membros de sua própria coleção, lembrando tanto os outros autores/livros para a posteridade, quanto eles mesmos como empreendedores desses escritos.

A partir disso, parte da estratégia de Verdier utilizar-se-á da valorização da fama e do livro, para reafirmar a necessidade do investimento nas letras, mas, principalmente, no reconhecimento àqueles que se dedicam a elas:

o rei Francisco I, *digno de glória imortal*, ele mesmo muito inclinado a *favorecer todos os estudos liberais*, e *incitado por grandes homens*, em especial Guillaume Budée, que por sua rara doutrina *esteve em crédito próximo a sua majestade*, colocou a mão na reforma encabeçando-a, do qual *poderia proceder todo bem e o mal* das boas letras não somente *por toda França*, mas ainda por toda a *cristandade* (VERDIER, 1585, p. XX, tradução minha, grifos meus)³⁰.

A honra, a glória e o poder apresentam-se como frutos das letras. Apesar de benesses, parecem estar também enquadradas a um aspecto de compensação. O exemplo do rei Francisco I, novamente citado como grande mecenas das letras francesas, parece ser usado para afirmar uma outra posição do escritor, pois apesar da intelectualidade contemporânea desses autores dependerem de certos favores reais, estão a venderem-se como um importante instrumento da maquinaria real, que nesse momento busca aumentar seus domínios, não devendo agir somente pela força, mas lembrando o alcance das letras por toda a cristandade. O reconhecimento da importância de tais obras não seria somente erudita, mas política, uma forma de contraparte. Ou seja, aproxima-se de uma noção de dever para com os letrados, em que um protocolo de humildade é respeitado, mas o súdito erudito, contraditoriamente, evoca a imagem de um cidadão que exige a compensação pelos seus serviços no contrato, dada a valorização daquele universo intelectual, no qual o rei, ou o príncipe, deve empenhar suas despesas para manter e usufruir de sua boa reputação. E, aqui, a fama da dinastia é evocada como uma forma de obrigação a que se deve sustentar manuseando tal aspecto.

Ainda, note-se que é escolhido o personagem Guillaume Budée na citação acima. Este intelectual é tratado com reverência por ter *incitado* o rei à batalha contra a ignorância na França. Além deste, são lembrados nas bibliotecas o influente Plutarco, sobre Trajano, o sensato Políbio, filósofo que aconselhava Cipião, e a relação entre Aristóteles e Alexandre, pois “[...] isso que fez florir a época de Alexandre tão bons entendimentos porque *ele amava* e incentivava a gente douta, como se depreende das cartas que ele escreveu para seu tutor Aristóteles *feito por ele rico*” (VERDIER, 1585, p. IIII, tradução

29 Texto original : “[...] & mon entreprise en cecy estoit il y a plus de quinze ans, comme pourroit tesmoigner vn nombre infiny d’honnestes hommes qui m’ont cogneu, & visité ma Bibliotheque encommencee depuis ce temps-là. [...] je me peux aussi vanter que ie n’ay mis ce liure en lumière que pour monstrier à mes amis la bonne volenté que je leur portois, & du tesmoignage que j’en defire laisser par escrit à la posterité”.

30 Texto original : “[...] le roy François premier, digne de gloire immortelle, de foy mefmes tres enclin a fauorifer tous liberaux estudes, et incité de grans hommes, en spcial de Guillaume Budee, qui pour sa rare doctrine estoit en credit pres sa majesté, mit la main à la reformation du chef, d’où pouuoit proceder tout le bien et le mal des bonnes lettres non feulement par toute la France, mais encores par toute la chrestienté”.

minha, grifos meus)³¹. Diante de tais exemplos e argumentos, que atitude se espera do monarca, cuja posição se torna ainda mais dignificada pela herança recebida de tão “honráveis e renomados homens” – sendo constantemente lembrado disso em ambos os textos? Mas o exemplo torna-se mais enfático à compensação:

Mas o que empurra fortemente *alguns às dores da Virtude* e os convida a manter-se na profissão *de estudar*, é o aval do príncipe que julga, e o reconhecimento que *esperam receber dele*, sendo seu objetivo conseguir *obter de sua liberalidade dom de algum ofício ou dignidade para se manterem* (VERDIER, 1585, p. XIII, tradução minha, grifos meus)³².

Reafirma-se a virtude como mérito para ascensão. Somando-se aos “ilustres” filósofos e eruditos citados pelo bibliógrafo, sugere-se que o autor reafirma a prioridade que os governantes deveriam ter de cercar-se de pessoas letradas, ou pelo menos, inseri-las na classe política, com a atenção que o monarca deveria ter com os letrados, sendo generoso e por eles se interessando, já se podendo entrever traços de uma monarquia esclarecida sendo elaborada. Principalmente no caso de Verdier, percebe-se precisamente que a “autoafirmação”, mais do que a submissa humildade súdita, insinua não só um momento em que o Estado está longe de corresponder a um regime absolutista³³, mas que a união entre eruditos e monarquia está se elaborando, ocorrendo de forma negociada, diante de uma centralização e fechamento de fronteiras que estão firmando, por alianças e por armas, o território francês. Nisso, há um desejo de conquistar uma posição menos arbitrária em relação à autoridade do rei, ao mesmo tempo que a constrói, colocando as letras muito além de mero passatempo cortesão, já que o monarca seria beneficiado pelos caminhos propostos pelo erudito e pela utilidade de suas letras.

Assim, além de uma publicidade e legitimação da boa fama para o rei e para si, na posteridade, estaria sendo apresentada uma estratégia sobre uma ambição política que envolve aproximação entre letrados e poder. O autor reafirma essa concepção reproduzindo a famosa frase de Platão: “as repúblicas seriam muito mais felizes quando os reis filosofassem e os *filósofos governassem*” (VERDIER, 1585, p. XIII, tradução minha, grifos meus)³⁴, levando a crer que há uma expectativa bem ambiciosa para com o espaço da gente das letras dentro do Estado, e que visa apresentar as vantagens da erudição para o reino ou para o povo, até ao ponto de ampliar a atuação desses eruditos em relação ao poder real. Tais posições permitem-se negociáveis por algum tempo, mas sua eficácia enquanto instrumento de uniformização e de poder foi tão bem articulada, junto a outros mecanismos de força, que o Estado,

31 No texto original : “ [...] ce qui fit florir au temps d’Alexandre tant de bons entendemens, ce fut pource qu’il aimoit et avançait les gens doctes, comme appert par les lettres qu’il escriviit à son precepteur Aristote faict par lui riche ”.

32 Texto original : “Or ce qui vivent enfoncé en aucuns les aiguillons de vertu et les convie à faire entiere profession d’estudier, c’est l’aveu du Prince qui en peut faire jugement, et le loyer qu’ils esperent recevoir d’icelui : estant leur but de se rendre en bien faisant capables d’obtenir de sa liberalité don de quelque office ou dignité, avec entretien”.

33 Inclusive, porque, conforme Jöel Cornette (2007), o absolutismo “absoluto” nunca existiu, sendo permeado por negociações que desembocam em alianças e concessões, geralmente construído junto às elites aristocráticas nobres ou cortesãs.

34 Texto original : “Or ce qui vivent enfoncé en aucuns les aiguillons de vertu et les convie à faire entiere profession d’estudier, c’est l’aveu du Prince qui en peut faire jugement, et le loyer qu’ils esperent recevoir d’icelui, etant leur but de se rendre en bien faisant capables d’obtenir de sa liberalité don de quelque office ou dignité, avec entretien”. Fonte : Antoine Du Verdier. *op. cit.*, p. XIII

ensaiado em sua forma monárquica, depois absolutista, e ainda a republicana, parece ter se tornado uma entidade que hoje, a cada momento, se naturaliza e se beneficia dessa construção³⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, é possível destacar alguns pressupostos que perpassaram a construção das duas coleções, que dão a ver, o entorno de tais autores e das relações letradas com o poder.

Em suas cartas de intenções, além do desafio de manter os textos para a posteridade, essas bibliotecas reivindicavam a importância de constantes publicações para a divulgação das letras francesas. Os autores colocaram rei e reinado como destinatários e beneficiários de seu projeto, de um Estado que se envaidece com a promoção do letramento. Suas coleções evidenciam o prestígio que o investimento no universo erudito pretendia acrescentar aos que buscavam uma proximidade do poder político e um reconhecimento em relação aos pares e além. Inclusive de um Estado benfeitor, que vai engendrando posições que desembocariam numa concepção sobre monarquias esclarecidas ou repúblicas em que todos acessassem o conhecimento³⁶.

Ao criar e propagar a cultura letrada, certos valores deixaram entrever a montagem ou a caracterização da legitimação do monarca perante a sociedade. Ele se abastece e é legitimado pela figura do letrado associado à sua Corte. Assim, a relação entre conhecimento e nação (em *lato sensu*) é concebida positivamente e uma sustenta a outra. O erudito cria essa relação entre Estado, proteção e saber, alternando entre uma percepção de “Estado” de força para um “Estado” de conhecimento e de disciplina.

Simultaneamente, os bibliógrafos inscreviam os autores na memória contemporânea e da posteridade, e em oferta, declaravam e construía uma preocupação com a fama, como um valor a ser perseguido. Contudo, essas posições também foram barganhadas para os próprios bibliógrafos em seus livros, registrando a si mesmos em seus projetos, e requerendo através deles a glória e poder que eles estão a anunciar. Ou seja, ao mesmo tempo que essas relações entre cultura letrada, posição política e social vinculam-se como que em um símbolo palpável e fecundo para o embasamento da noção de “povo francês” sob o jugo central do poder real, lançam propostas para suas presentes necessidades de poder e de glória. Em alguns momentos, a virtude e as letras são gratificantes por si mesmas, mas por ser “útil à sociedade” vão dando lugar a outro estímulo, em que figura a conexão entre as letras, a fama da nação e a pessoal e a aproximação destes eruditos do monarca e do poder.

Portanto, essas bibliotecas, além de reivindicarem a honra, a memória (apresentando-se enquanto evidências da produção cultural francesa) e a glória da cultura letrada, estavam a erguer, enquanto coleção, um templo e um espaço para seus próprios produtores. É preciso perguntar, se nesse processo “civilizatório” ou, ainda, nessa sociedade em busca da fama, o quanto o novo Estado moderno, no caso,

35 Um Estado moderno que, como aponta Boaventura de S. Santos (2005), mesmo para o seu enfraquecimento, demandado hoje pelo projeto neoliberal, tem que atuar e depende da força do próprio Estado para se enfraquecer. Para mais: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.

36 Como veremos na produção de uma República das Letras, ou no enciclopedismo. Manacorda (1996), porém, a partir da história da relação entre letras e educação, aponta essa atitude como fruto da mudança para uma concepção cada vez mais utilitarista e menos desinteressada da produção do conhecimento, a qual se deve, segundo ele, pela conexão com a emergência de uma nova classe, a burguesia, que vincularia ciência, artes e produção e por esse motivo (produtivista), extensão de um tipo de instrução a um número cada vez maior de pessoas.

francês, associa-se a um regramento que além de produzir novos saberes que arquitetaram e trazem princípios mobilizadores que legitimam a função das autoridades, também passam a ser ocupados pelos seus colaboradores eruditos. Em que medida a noção de que “o saber é útil à sociedade”³⁷ – ou saber útil à sociedade?³⁸ – fala de acesso, construção e democratização do saber? Tal saber é mobilizado a partir da institucionalização, dentro do centralizado, “compartilhado”, mas que parece ser muito pessoal, “Estado moderno”. Este se pauta numa noção de recompensa através do mérito, julgado a partir de uma concepção orgânica, por um poder/saber que vai se “aburguesando” (MANACORDA, 1997) ou que vai manifestando o caráter de emergência de um saber não desinteressado. Porém, justamente porque é produtivo, num sentido tecnológico e econômico, vai se tornando difundido e mantém sua lógica parcial e excludente³⁹.

Assim, se por um lado a eclosão da preocupação com o acesso e a preservação da cultura escrita nessas bibliotecas modernas se dão pela curiosidade, pela humanística, pelas tecnologias e a ação de autoridades que se querem vistas como benfeitoras e enraizadas em sua posição (nesse esforço pela manutenção de sua tradição de poder e saber), por outro lado, essas ações estão atreladas à emergência de um outro sistema econômico e político. Este se dá em torno do atributo da fama, individual ou coletiva, seu sintoma, o qual, justamente por mobilizar seus sentidos através do endereçamento à posteridade e aos demais reinos (na busca do reconhecimento da superioridade francesa), vincula sua importância ao seu próprio presente e contemporâneos, dado que, de maneira seletiva/competitiva, busca amparos em privilégios envoltos em erudição.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
- CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- CHARTIER, Roger. Figuras do autor. In: *A ordem dos Livros: leitores, autores e biblioteca na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1998. p. 33-66.
- CHARTIER, Roger. Libraries without Walls. *Representations*. nº 42, Special Issue: Future Libraries (Spring, 1993), p. 38-52. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2928617>>. Acesso em 30 mai. 2015.
- CHARTIER, Roger. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. Tradução: Luzmara Curcino; Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

³⁷ Querendo dizer a todos que a ela pertencem.

³⁸ No sentido de manutenção.

³⁹ A qual acaba por ficar tão arraigada, que sob um conjunto de privilégios ou mesmo de direitos (não oportunizados a todos na prática) maquia as feições individualistas e capitalistas da meritocracia, justificando e mascarando um conjunto não só de diferenças, mas de desigualdades sociais que permeiam essa dinâmica entre poder e conhecimento. Obviamente, isso não exclui o possível benefício de uma violência menos física, que é construída na positividade do poder, como lembra Foucault, ao construir-se aparelhos mais sofisticados para essa atuação do poder e que, ao tornar os corpos mais dóceis e produtivos, entretanto, também parece se tornar mais capilar e mais difícil de se alterar, porque menos visível (FOUCAULT, 1979, 1987).

- CORNETTE, Joël. La monarchie absolue. In: *Documentation photographique*. Ed. La documentation française. Dossier n° 8057. Maio-junho, 2007. p. 1-40.
- DARNTON, Robert. *Os Best-Sellers Proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: Uma impressão freudiana*. RJ: Relume Dumará, 2001.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. RJ: Jorge Zahar. Ed. 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*. RJ, vol. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.
- GOODY, Jack. *Renascimentos: Um ou muitos?* São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- HEYMANN, Luciana. Se arquivar: arquivos pessoais como escrita de si? In: MAGALHÃES, Alice e BEZERRA, Rafael. *Coleções e Colecionadores: a polissemia das práticas*. RJ: Museu Histórico Nacional, 2012.
- MAINE, François de la Croix-du. *Le premier volume de bibliothèque du sieur La Croix-Du Maine*. Paris: Par Abel l'Angelier; 1584.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- MCKEMMISH, Sue. Evidence of me. *The Australian Library Journal*, Agosto, 1996. p. 174-187
- STOLER, Ann Laura. "Colonial Archives and the Arts of Governance". *Archival Science*, n. 2, p. 87-109, 2002.
- VERDIER, Antoine du. *La bibliothèque d'Antoine Du Verdier, seigneur de Vauprivat*. Lyon: Par Barthelemy Honorat, 1585.
- WOODWARD, Kathryn; et al. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009.